

Brasil inicia hoje em Paris JORNAL DO BRASIL 12 JUN 1987 Dinêla Est difícil negociação econômica

BRASÍLIA — Emissários do governo brasileiro iniciam hoje em Paris entendimentos cruciais para o reescalonamento da dívida externa. A viagem do embaixador Rubens Barbosa, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, foi antecipada e ele já começa hoje à tarde reuniões com os países credores do Clube de Paris.

Havia esperanças no governo brasileiro de que a reunião dos sete industrializados ocidentais, encerrada na quarta-feira em Veneza, trouxesse alguma indicação de mudança de atitude frente aos países endividados. O grupo de nações latinas reunidas pelo Consenso de Cartagena chegou a enviar uma mensagem pedindo compreensão para suas dificuldades e tratamento político da questão do endividamento, mas obteve como resposta apenas o mesmo receituário defendido pelos industrializados desde 1983: tratamento caso por caso, ao contrário de soluções políticas abrangentes.

Sem poder pagar agora também aos credores oficiais — o acordo de 20 de janeiro previa a amortização do principal da dívida oficial a partir de 1º de julho — o governo brasileiro espera que a urgência de seu caso provoque algum tipo de flexibilidade nos governos credores. Mas os próprios negociadores consideram a posição do Brasil muito difícil, sem um plano econômico interno e sem qualquer relatório do FMI.

— Acho errado partir assim para a negociação com o Clube de Paris — dizia ontem graduado integrante da antiga equipe de negociadores da dívida externa brasileira.

O principal argumento nesse sentido é uma carta de 18 de dezembro do ano passado, assinada por Denis Samuel-Jeunessem, secretário do Clube de Paris. Os dois últimos parágrafos dessa carta afirmam que a assinatura de um acordo entre o Brasil e o Clube (o que ocorreu em janeiro) teria impacto favorável sobre a rápida normalização das relações financeiras com o Brasil. Mais adiante, a carta do Clube afirma que “numerosos países credores indicam sua vontade em retomar gradualmente os créditos conforme nossas regras normais, a partir da conclusão de tal acordo”. Isto, argumenta o governo brasileiro, era uma obrigação que não foi cumprida.

Em Paris, o governo brasileiro pretende agora obter a suspensão dos pagamentos de juros e principal da dívida oficial de 1987, num total pouco superior a 1 bilhão de dólares. Importantes assessores do ministro reiteram a decisão de não recorrer formalmente ao FMI e já se mostram irritados com o que qualificam de “patrulhamento” por parte de parlamentares do PMDB. Eles insistem que Bresser Pereira não pretende alterar os instrumentos fundamentais da política de renegociação de seu antecessor — ou

seja, a moratória e a recusa em aceitar o monitoramento do FMI.

— Nós não vamos pedir ao FMI qualquer monitoramento. São os credores externos que estão pedindo isso. Pois bem, se eles precisam de algum tipo de relatório para justificar suas decisões e solicitam a uma equipe do fundo que o realize, também não temos nada contra, pois são eles e não nós que estamos pedindo isso” — adiantou um assessor de Bresser Pereira.

☐ Pesquisa sobre investimentos americanos e os contínuos problemas econômicos na América Latina, “realizada pelo Council of the Americas, que congrega 190 empresas, mostrava o Brasil em 1986, como o mais atraente para investimento, seguido à distância pelo México. Foram consultadas 150 empresas, das quais 50 responderam à pesquisa, indicando que estavam aparentemente conseguindo gerenciar a crise da América Latina em suas operações, embora não estivessem muito otimistas sobre o curto e médio prazos. As respostas revelam que considerações macroeconômicas são importantíssimas como fator de planejamento. Ou seja, as empresas se ajustam às regras, desde que elas não sejam constantemente alteradas. Regras mais estáveis poderiam resultar em um impacto positivo na análise de investimentos.